

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

## SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### 1 – Responsável (is) pela elaboração do ETP:

Realizado por (Nome/Razão Social): Jonhnias Silva Almeida

Matrícula: 9077 CPF: 078.328.785-25 (x) Servidor Público Municipal ( ) Empresa terceirizada

Realizado por (Nome/Razão Social): Fabiana Moraes da Cruz Santos

Matrícula: 6643 CPF: 021.649.625-08 (x) Servidor Público Municipal ( ) Empresa terceirizada

#### 2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I)

Considerando a necessidade de atendimento às demandas da Administração Municipal para a implantação de unidade de atendimento à população no município, destaca-se que municípios da região, como Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas e Simões Filho, já dispõem de estruturas semelhantes, reforçando a importância de ampliar a oferta local de serviços essenciais.

A criação desse espaço será fundamental para ampliar o acesso da população a serviços diversos, tais como atendimentos previdenciários, serviços bancários, emissão de certificados, dentre outros, contribuindo significativamente para a redução do tempo de espera e deslocamentos para outros municípios.

O Município, ciente dessa necessidade, busca implantar unidade de atendimento ao público com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços públicos, proporcionando maior facilidade na emissão de documentos como RG, CPF, antecedentes criminais, CNH, entre outros, que atualmente são disponibilizados fora do território municipal. A iniciativa também contribuirá para a dinamização do comércio local, facilitando a abertura de empresas e processos de regularização.

O projeto funcional da unidade foi elaborado considerando as necessidades operacionais do serviço, contemplando adequações específicas para atendimento padronizado. Dentre as soluções projetadas, destaca-se a execução de fechamento externo em drywall estruturado e divisórias internas do tipo semioca. Ressalta-se que a unidade será implantada no Mercado Municipal, espaço previamente avaliado como o mais apropriado, em razão de sua localização estratégica, facilidade de acesso e da presença de serviços complementares, como casa lotérica e estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, registra-se que, em período recente, foi disponibilizada no município uma estrutura temporária de atendimento à população, instalada na Praça Barão Açu da Torre, que realizou atendimentos relacionados à emissão de documentos, serviços previdenciários e ouvidoria. Durante o período de funcionamento, foram atendidas mais de 1.250 pessoas, evidenciando a elevada demanda local por serviços públicos essenciais e reforçando a necessidade de implantação de uma unidade fixa no município.

#### 2.2 – Qual o público alvo será beneficiado?



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.

Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



População residente do município, e municípios vizinhos, trabalhadores e empreendedores locais que necessitam de documentos para a abertura de empresas e regularização fiscal, como também as comunidades rurais.

2.3 – É uma contratação específica para o setor ou poderá envolver outros órgãos e setores? Quais?

Não, a contratação envolverá a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Renda- SEDEER a Secretaria de Administração e Finanças, a qual ficará responsável pelo mobiliário.

2.4 – Essa contratação é para suprir uma demanda existente ou é uma oportunidade/ inovação?

Considerando os pontos citados no item 2.1, tal demanda pode ser considerada existente, visto que já havia sido constatada tal necessidade por parte da administração.

2.5 – É uma contratação urgente ou necessária? (Se urgente será entendida como ação corretiva, não prevista com o prazo prévio de 06 meses da necessidade ou por elemento surpresa. Necessária será entendida com planejamento de 06 meses prévios. Inovadora não irá mensurar prazo médio).

Visto que tal necessidade já havia sido prevista e não se trata de uma ação corretiva ou emergência, tal demanda pode ser classificada como contratação necessária.

2.6 – Em que implicará a falta dessa contratação?

A ausência da implantação da unidade acarretará impactos significativos para a Administração Pública e para a população, uma vez que, sem a adequação do ambiente físico, o espaço não atenderá aos requisitos técnicos e operacionais necessários ao funcionamento adequado dos serviços propostos, inviabilizando sua implementação.

Ademais, a não instalação da unidade resultará em prejuízo direto ao acesso da população aos serviços ofertados, implicando aumento dos custos sociais e logísticos para os munícipes, além de limitar a ampliação e a integração dos serviços públicos disponibilizados no âmbito municipal.

2.7 – Essa contratação é para aplicação imediata? É uma contratação de um produto perecível?

Sim. Não

2.8 – Essa contratação depende de outros fatores externos? Quais?

Não.

2.9 – Não há outra solução para suprir a necessidade?

Existe outra solução, porém menos eficaz:



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.  
Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>



- Disponibilização de atendimentos itinerantes como Unidade de atendimento móvel e mutirões em alguns pontos do município.

Porém essa solução não é tão eficiente visto que não é um atendimento contínuo, não comporta todos os serviços e não atende a demanda diária, porém é uma via que pode ajudar a população em casos mais urgentes.

2.10 – Já avaliou a possibilidade de alugar em vez de adquirir ou vice-versa?

Por se tratar de um serviço de implantação de equipamentos fixos para atender as necessidades da administração a longo prazo, não se faz viável à locação de tais equipamentos.

### **3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):**

O Município de Mata de São João-BA elaborou o Plano de Contratação Anual (PCA), conforme previsto na Lei 14.133/2021, e conforme recomendação nº 002/2022 CGM, a presente contratação foi inserida no Plano de Contratações Anual publicado em 2025. A qual está disponível no Diário Oficial do Município contratação nº314.

### **4 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III): (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO).**

Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

A contratação da construção dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, a Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação;

A empresa a ser contratada deverá possuir expertise em obras afins ao objeto pleiteado comprovando através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto;

Para o fornecimento dos materiais, a contratada deverá observar no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;





Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A empresa deverá enviar juntamente com a proposta de preços, os percentuais que correspondem a material e mão de obra, a fim de agilizar o processo de empenho de valores em caso de contratação da mesma;

É imprescindível a disponibilidade de recurso orçamentário dedicado para concretude da Contratação.

### **Do consórcio;**

Considerando o quanto discorrido sobre o Art. 15. (Lei 14.133), salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.

Não será permitida a participação de empresas consorciadas, cabe destacar que não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. Trata sobre o tema, o renomado autor Marçal Justen Filho se posiciona: “Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...). Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemática a competição.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.”

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

### **4.1 – Quais órgãos também necessitarão dessa contratação?**





SEDEER– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.

#### **4.2 – Requisitos básicos:**

Comprovar através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

#### **4.3- Requisitos Legais:**

A contratada deve estar em conformidade com todas as legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis execução de obras públicas. Deverão estar quitadas todas as obras fiscais e trabalhistas. Será exigido que a empresa apresente todas as certidões negativas de débitos pertinentes e esteja regularizada junto ao CREA, além de atender integralmente às disposições da Lei 14.133/2021.

#### **4.4- Requisitos de Sustentabilidade:**

Com vistas à promoção de práticas sustentáveis na Administração Pública, a execução dos serviços deverá observar critérios mínimos de responsabilidade ambiental. Assim, a contratada deverá priorizar, sempre que tecnicamente possível, o uso de materiais e soluções construtivas sustentáveis, reduzindo impactos ambientais e garantindo maior eficiência no ciclo de vida das instalações, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

#### **4.5- Requisitos Econômicos:**

Os preços devem ser apurados mediante pesquisa de mercado atualizada, conforme o art. 23 da Lei 14.133/2021, considerando contratações similares, bancos de preços públicos e tabelas oficiais (SINAPI, ORSE, SICRO, etc.).

#### **4.6- Requisitos de segurança**

A adequação do espaço deve observar os seguintes atendimentos;

**Acessibilidade e circulação segura-** O espaço deve permitir circulação livre, sem obstáculos, com piso nivelado e antiderrapante, garantindo segurança para pessoas com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência.

**Sinalização de emergência-** Devem ser instaladas placas indicativas de rotas de fuga, saídas de emergência e equipamentos de segurança.







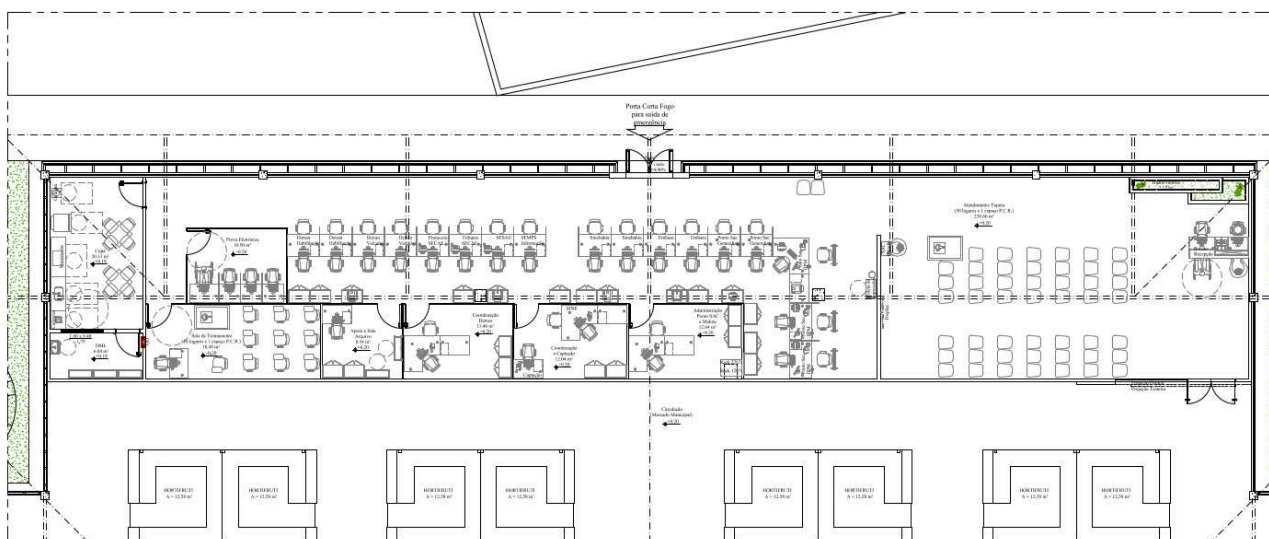
**Sistema de Combate a Incêndio-** Inclui instalação e manutenção de extintores, iluminação de emergência, alarmes sonoros e dispositivos obrigatórios conforme o Corpo de Bombeiros, reduzindo riscos e permitindo resposta eficiente em situações críticas.

**5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):**

Localização: R. João Pessoa, 2022 - Centro, Mata de São João - BA, 48280-000 – **Mercado Municipal**

Dimensões: Área total de implantação 351 m<sup>2</sup> com sala de recepção, auditório e jardim interno de 2,17m<sup>2</sup>.

PLANTA BAIXA



Vale salientar que foi realizado estudo de mercado e referências na tabela oficial de custos, SINAPI (Sistema de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e ORSE

Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado serão obtidos através dos Projetos, itens anexos, os quais consideraram as diretrizes técnicas fundamentadas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Ressalto que nos autos estará a Memória de Cálculo utilizada para chegar aos quantitativos para a execução do referido objeto.

**6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO):**

Após levantamento de mercado através de contratos anteriores, de acordo com a atual necessidade foi levantado as seguintes soluções:





**Solução 1:** Aquisição de matérias bem como divisórias em Drywall estruturado e porta de divisória semioca bem como disponibilização de mão de obra própria para atendimento da demanda;

**Solução 2:** Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sistema drywall para o fechamento da unidade administrativa.

**Solução 3:** Contratação de empresa para realizar fechamento em blocos cerâmicos para a implantação de uma unidade administrativa no mercado municipal em Mata de São João-BA.

**Solução 4:** Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de adequação e adaptação da infraestrutura física de uma unidade administrativa localizada na Rua João Pessoa, Centro, no município de Mata de São João – BA.

A **Solução 4**, que consiste na contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de adequação e adaptação da infraestrutura física de unidade administrativa localizada na Rua João Pessoa, Centro, no município de Mata de São João – BA.

O levantamento de mercado realizado abrangeu a análise das alternativas tecnicamente viáveis para o atendimento do objeto considerando custos, disponibilidade de mercado e durabilidade. A partir dessa análise constatou-se que a **Solução 4** apresenta melhor relação entre custo, benefício e vida útil.

Para tal solução exige mão de obra qualificada e domínio técnico específico.

Para a **solução 1** em alguns casos, a separação dos processos pode também dificultar a gestão integrada das necessidades da organização, levando a possíveis desafios na sincronização das atividades e na otimização dos recursos disponíveis.

Quanto a **Solução 2**, considerando o isolamento acústico o drywall dependerá da composição utilizada bem como; tipo de chapa, espessura, lã mineral. Dado isso pode haver um possível aumento de custo de manutenção ao longo do tempo, pequenos danos, furos acidentais podem gerar manutenções frequentes.

A **solução 3**, tal solução traria baixa flexibilidade para futuras modificações a unidade administrativa é um equipamento público que tende sofrer adaptações ao longo do tempo- mudanças de salas, redistribuições de setores ou redução de ambientes além disso o custo de execução não seria vantajoso para a Administração.

Em vista disso a **solução 4** é a mais adequada aos interesses da administração tendo em vista o menor custo além de ser fundamental para garantir um resultado de qualidade, segurança e eficiência. Dessa forma, a escola apresentada se revela a alternativa mais vantajosa, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, atendendo as necessidades do objeto e garantindo maior confiabilidade e durabilidade da obra.

**7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



**classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):**

Para definição da estimativa do valor foi realizado levantamento de preços com base em contratações similares realizadas por outras administrações públicas. O objetivo foi obter referência de mercado que permita estimar de forma realista os custos envolvidos na adequação e implantação da unidade administrativa no município de Mata de São João, considerando a padronização exigida pelos órgãos de controle.

<b>Entidade</b>	Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino-BA
<b>Modalidade</b>	Concorrência nº 008/2025
<b>Objeto</b>	Contratação de empresa visando a reforma e ampliação do imóvel destinado a implantação e instalação da Unidade do SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão, na sede do município de Manoel Vitorino/BA.
<b>Valor</b>	R\$ 306.733,29

<b>Entidade</b>	Prefeitura Municipal de Itabotima- BA
<b>Modalidade</b>	Concorrência nº 002/2024
<b>Objeto</b>	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para prestação de serviços na construção do SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão, no município de Ibotirama/BA.
<b>Valor</b>	R\$ 805.781,69

Com base nas duas licitações realizadas por municípios baianos para a implantação da unidade administrativa, foi calculada uma média simples, somando-se ambos os montantes e dividindo por dois a presente contratação tem um valor estimado **R\$ 556.257,49 (Quinhentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Quarenta e Nove Centavos)** tendo como base os valores com contratações semelhantes já realizadas.

Contudo as planilhas com os valores reais e definitivos serão devidamente encartadas aos autos do processo, com as referidas memórias de cálculo e as devidas alterações.

**8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO)**

De acordo com esse Estudo Técnico Preliminar realizado conforme os procedimentos da Lei 14.133/2021, que enfatiza a necessidade de um processo licitatório eficiente, transparente e que resulte na contratação mais vantajosa para a Administração Pública determinou-se que a solução escolhida conforme descrita no item 6 foi a solução 3: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de adequação e adaptação da infraestrutura física de uma unidade



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**  
Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.  
Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>





administrativa localizada na Rua João Pessoa, Centro, no município de Mata de São João – BA esta solução é a mais adequada existente no mercado. Este entendimento decorre não apenas da conformidade com as exigências legais, mas também da análise de viabilidade técnica que atesta a eficácia da contratação em atender às necessidades relacionadas à implantação de uma unidade administrativa no Município. A execução das adequações e intervenções projetadas é fundamental para garantir a instalação adequada da estrutura, permitindo que o espaço atenda plenamente aos padrões de funcionamento.

Os serviços serão divididos por etapas, que estão devidamente descritas no cronograma detalhado.

**9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):**

O critério de julgamento será por LOTE UNICO, tendo em vista que a sua fragmentação incorrerá contra integridade qualitativa do objeto a ser fornecido, in verbis:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 39. O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato. Grifo: Lei nº 14.133/21.

Considerando a economia em escala, visando eficiência de suas obras, serviços e compras efetuadas pela Administração, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando que a presente contratação se trata de uma prestação de serviço e observando-se que centralizando a entrega de todos os itens por uma única pessoa jurídica, facilitará a inclusive o processo de entrega de materiais no prazo, emissão de notas fiscais, além de garantir que a qualidade no produto final esteja padronizada em todos aspectos e regras de mercado tendo em vista a satisfação do interesse público.

Considerando que adjudicação por itens implicaria na perda da economia de escala, tendo em vista que o fornecimento unificado dos itens pode resultar na diluição dos custos fixos do fornecedor, pois em uma licitação de obras, de acordo com o acórdão 3140/2006 do TCU, considera-se que a contratação parcelada pode gerar uma excessiva pulverização dos serviços, tornando mais dispendiosa a contratação.

Considerando o parecer nº 2086/00 elaborado pelo professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes no processo nº 194/2000 do TCDF: “ Só pode se falar em parcelamento quando há viabilidade técnica





para sua adoção, (...) neste sentido um exame atento dos tipos de objeto licitados pela administração pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico pela manutenção da unicidade da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório”. Portanto, após análise dos quesitos de divisibilidade e viabilidade técnica, neste caso em questão, a licitação por LOTE ÚNICO baseou-se na viabilidade técnica e econômica, sendo o que melhor atende o interesse da administração para este tipo de licitação, tendo em vista ser a opção que trará um menor dispêndio.

**10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX).**

Com a construção de empresa especializa para execução do objeto deste estudo, buscam-se atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo benefício em termos de recursos financeiros, econômicos e administrativos que podem se alcançar, permitindo assim que a construção seja realizada com qualidade, no entanto de forma mais rápida, econômica e sustentável.

Quando a utilização dos Recursos Humanos, a administração possui em seu quadro funcional profissionais qualificados que atuarão na Gestão e Fiscalização do objeto em questão, garantindo que o dia a dia da obra ocorra de acordo com o planejamento, evitando ao máximo retrabalhos, perda de qualidade, dinheiro e atrasos.

**11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X).**

Deverão ser observadas e executadas pela Administração as seguintes providências;

- Verificação da conformidade da proposta vencedora
- Análise dos documentos de qualificação bem como comprovação da qualificação técnica operacional da empresa.

Quanto aos integrantes da equipe técnica detém capacidade adequada para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem realizados. Deve ser avaliada cuidadosamente cada etapa da execução dos serviços e verificada a competência técnica dos integrantes da empresa responsáveis por cada procedimento, a fim de evitar acidentes e danos.

Não se faz necessária a capacitação dos integrantes da equipe de planejamento para a fiscalização do presente contrato, uma vez que todos já possuem a devida qualificação e foram capacitados em momento anterior para o desempenho dessas atividades.

**12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI).**

Considerando que todo material, equipamentos e mão de obra necessária para a conclusão do projeto em questão serão de responsabilidade da empresa contratada, dessa forma, justifica-se a contratação independente.





**13 – Descrições de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII).**

A execução dos serviços de adequação e adaptação da infraestrutura física destinada à implantação de uma unidade administrativa no mercado municipal poderá gerar alguns impactos ambientais, ainda que de baixa magnitude, considerando que a intervenção ocorrerá em área já urbanizada e edificada. Entre os principais impactos potenciais, destacam-se:

**Possíveis impactos:**

Geração de resíduos sólidos

Com a instalação de divisórias e acabamentos podem gerar resíduos como entulhos, restos de materiais de construção, embalagens, metais e gesso. Esses resíduos exigem manejo adequado para evitar acúmulo indevido ou descarte irregular.

Emissão de poeira e ruídos

instalação de divisórias e acabamentos podem gerar resíduos como entulhos, restos de materiais de construção, embalagens, metais e gesso. Esses resíduos exigem manejo adequado para evitar acúmulo indevido ou descarte irregular.

**Medidas Mitigadoras:**

Gestão adequada dos resíduos

Separação e acondicionamento correto dos resíduos  
Aproveitamento máximo de materiais reutilizáveis

Controle de emissão de poeira

Umidificação periódica das áreas de trabalho.  
Cobertura de materiais estocados e entulhos com lonas.  
Limpeza contínua das vias de circulação interna.

**14 – Posicionamentos conclusivos sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII).**

Após os estudos técnicos que acompanham esta declaração, o técnico responsável pela elaboração deste estudo técnico preliminar, identificado no item 01 e adiante assinante de tal declaração, declara ser viável a contratação da solução pretendida, considerando que:

- a) a forma da contratação é a mais indicada;
- b) possui a máxima possibilidade de alcance dos resultados pretendidos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



- c) os riscos foram mitigados;
- d) cumpre os princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Mata de São João/BA, 04 de setembro de 2025.

Elaborado por:(Assinatura digital)

**JONHNIA SILVA ALMEIDA**

Subcoordenador de Análise /Matrícula 9077

Ciente e de Acordo,

(Assinatura digital)

**FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS**

Gerente de Planejamento e Projetos / Matricula 6643



**Prefeitura Municipal de Mata de São João**

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.  
Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8741-BFA0-0F5E-23CB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JONHNIAS SILVA ALMEIDA (CPF 078.XXX.XXX-25) em 13/04/2026 15:39:54 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS (CPF 021.XXX.XXX-08) em 14/04/2026 10:01:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/8741-BFA0-0F5E-23CB>